



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Produção e gestão do sofrimento no sistema prisional

Autoria: Catarina Pedroso (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

O work a ser apresentado consiste na primeira fase de pesquisa de mestrado que tem como objetivo analisar as relações entre o processo de encarceramento em um contexto de governo neoliberal e os efeitos subjetivos do aprisionamento nas pessoas que estão ou estiveram presas. Especificamente, trata-se de investigar a categoria sofrimento no caso do sistema prisional paulista, buscando compreender a função desempenhada pelo sofrimento na gestão e produção dos indivíduos encarcerados. Se a penalidade neoliberal cumpre o papel de gerir a miséria, faz-se necessário lançar um olhar sobre as maneiras pelas quais esse aparato incide sobre a subjetividade daqueles e daquelas que se encontram encarcerados, de forma a moldá-la e a marcá-la de maneira decisiva. Esta pesquisa persegue os objetivos específicos que se orientam em torno das seguintes perguntas: como se dá a produção e a gestão do sofrimento pelo aparato prisional? O que as próprias pessoas presas ou egressas do sistema prisional entendem por sofrimento?

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: